



portalbenews.com.br

RIO GRANDE DO SUL Começa a fase de avaliação de danos no complexo portuário de Porto Alegre após enchentes ► **p5**

OPINIÃO Wilen Manteli analisa soluções propostas após as cheias no RS e cobra uma mudança de mentalidade ► **p8**



Sergio Francés/MPor



Governo vê janela de oportunidades em missão nos EUA

Secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori faz parte da comitiva brasileira liderada pela ABTP e falou com exclusividade ao BE News ► **p6**

Francisco Cepeda/Governo de São Paulo



SP anuncia pacote de investimentos para ampliação da resiliência climática ► **p5**

CONGRESSO Senado aprova Mover e taxaço de compras internacionais de até US\$ 50 ► **p3**

TRANSPORTES Governo oficializa prorrogação antecipada de concessões ferroviárias ► **p4**

IMPORTAÇÃO Justiça suspende leilão para compra de até 300 mil toneladas de arroz ► **p4**

EDITORIAL

Resiliência climática

O Governo de São Paulo anunciou nessa quarta-feira, Dia Mundial do Meio Ambiente, um pacote de medidas ambiciosas para ampliar a resiliência climática do estado. A iniciativa reúne projetos em diversas frentes e se mostra uma ação cada vez mais necessária por parte do poder público, diante da intensificação dessas mudanças e dos impactos que elas trazem para a sociedade - evidenciado de forma trágica na atual crise do Rio Grande do Sul, atingido por fortes chuvas nas últimas semanas.

Um dos pontos centrais do pacote é a ampliação do uso de tecnologia para monitoramento e alerta de eventos climáticos extremos. A interligação do monitoramento de cheias por sistemas de radar, às sirenes de alerta de risco de grandes inundações e deslizamentos, permitirá uma resposta mais rápida e eficaz às ameaças, protegendo vidas e patrimônio.

A criação do Centro Paulista de Radares Meteorológicos também é um passo importante para aprimorar o monitoramento climático do estado. O centro, que contará com tecnologia de ponta, permitirá a emissão de avisos e alertas precisos sobre deslizamentos, enchentes e inundações, auxiliando na tomada de medidas preventivas por parte da população e das autoridades.

A criação do Finaclima SP, um fundo destinado a captar recursos públicos e privados para o desenvolvimento de planos de adaptação e resiliência, também é uma iniciativa louvável. O fundo permitirá a viabilização de projetos inovadores e sustentáveis, contribuindo para a construção de um futuro mais verde e resiliente para São Paulo.

O pacote de medidas anunciado pelo Governo de São Paulo é um passo importante na luta contra as mudanças climáticas. As ações previstas demonstram o compromisso do governo com a proteção ambiental. É fundamental que o governo continue investindo em medidas de adaptação e resiliência, principalmente preparando a infraestrutura do estado para os impactos das mudanças climáticas, como eventos climáticos extremos e elevação do nível do mar.

Além das ações do governo, é importante que a sociedade civil também se mobilize na luta contra as mudanças climáticas. Cada indivíduo pode contribuir para a construção de um futuro mais sustentável, adotando práticas ecologicamente corretas em seu dia a dia.

A luta contra as mudanças climáticas é um desafio global que exige a união de todos. O Governo de São Paulo, com o pacote de medidas anunciado, está dando um exemplo de como enfrentar esse desafio. É fundamental que outras esferas de governo e a sociedade civil sigam esse exemplo, para que possamos construir um futuro mais verde e resiliente para todos.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- 6 Secretária do MPor destaca relação com setor privado em missão nos EUA

HUB

- 3 Alckmin firma acordo para ampliar exportações de café para a China

NACIONAL

- 3 Senado aprova Mover e taxação de compras internacionais de até US\$ 50
- 4 Governo oficializa prorrogação antecipada de concessões ferroviárias

Justiça suspende leilão para compra de até 300 mil toneladas de arroz importado

REGIÃO SUDESTE

- 5 SP anuncia pacote de investimentos para ampliação da resiliência climática

REGIÃO SUL

- 6 Começa a fase de avaliação de danos no complexo portuário de Porto Alegre

INTERNACIONAL

- 7 Porto de Baltimore começa a receber navios 71 dias após acidente

OPINIÃO

- 8 “Não se doma um rio”, por Wilen Manteli



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News
Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News
Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News
Mônica Mathias

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Marília Sena, Paulo José Ribeiro,
Yousefe Sipp e Vitória Malafati (estagiária)

Colunistas
Cândice La Terza e Ivani Cardoso

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

 (11) 91615.1200



**LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES**
leopoldo.figueiredo@redebeneews.com.br

Café 1

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, assinou nessa quarta-feira, dia 5, acordo com a China que pode aumentar a exportação nacional de café em US\$ 500 milhões. Alckmin, que está em visita ao país asiático, assinou memorandos de entendimento para a promoção do café brasileiro na maior rede de cafeterias da China, a Luckin Coffee, que conta com mais de 16 mil lojas e é a principal importadora do produto brasileiro no país.

Café 2

O acordo assinado prevê a compra de aproximadamente 120 mil toneladas de café brasileiro pela rede, no valor de cerca de US\$ 500 milhões. Considerando todo o ano de 2023, as exportações brasileiras de café somaram US\$ 280 milhões. "Em 2022, o Brasil exportou US\$ 80 milhões em café e, no ano passado, foram US\$ 280 milhões, praticamente quatro vezes mais que no ano anterior. Agora, só neste contrato com a Luckin Coffee, estamos falando de meio milhão de dólares, o que demonstra que o Brasil, maior produtor e exportador de café do mundo, está abrindo mercados", afirmou o vice-presidente.

Trens 1

Os desafios relacionados aos altos índices de insegurança e roubo de cargas nos trens que transportam produtos para o Porto de Santos, no Litoral de São Paulo, foram discutidos na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados na última terça-feira. A audiência foi requerida pelo deputado Nicoletti (União-RR), que destacou a importância das ferrovias federais como corredor logístico essencial para a economia brasileira, representando 17% do transporte de cargas no país.

Trens 2

Valter Souza, diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional do Transporte (CNT), ressaltou a importância do Porto de Santos, o maior do país, e a necessidade de maior vigilância nas faixas de domínio. "Os assaltos ocorrem quando os trens param para acessar o porto. É preciso ter proteção no momento de saída do pátio até o porto para descarregar", afirmou Souza.

Trens 3

Leonardo Cezar Ribeiro, secretário nacional de Transporte Ferroviário, informou que o Ministério está trabalhando em um novo marco legal para garantir maior segurança no escoamento das cargas por áreas urbanas e para assegurar os próximos leilões ferroviários.

Senado aprova Mover e taxação de compras internacionais de até US\$ 50

Projeto retornará à Câmara para nova análise após a inclusão da emenda que prevê a cobrança

Lula Marques/Agência Brasil



A proposta inicial da emenda que prevê a taxação de compras internacionais foi retirada pelo relator no Senado, Rodrigo Cunha. Mas os senadores votaram pela manutenção do encargo

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Senado aprovou na quarta-feira (4) o projeto de lei 914/24, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover). O objetivo do programa é promover incentivos financeiros e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para fomentar a pesquisa, desenvolvimento e produção de veículos com menor emissão de gases de efeito estufa.

O projeto retornará à Câmara dos Deputados para nova análise, após a inclusão de uma emenda que prevê a taxação de produtos importados até US\$50. Essa emenda afeta grandes empresas varejistas internacionais que operam pela internet, como Shopee, AliExpress e Shein.

A proposta inicial da emenda foi retirada pelo relator no Senado, Rodrigo Cunha (Pode-

mos-AL), por considerar o tema "estranho" ao conteúdo principal do projeto. Entretanto, os senadores votaram pela manutenção da taxação. Foram excluídos do texto outros pontos não relacionados ao tema principal, como a exigência de conteúdo local na exploração de petróleo e gás e incentivos para a produção nacional de bicicletas.

Atualmente, produtos importados abaixo de US\$ 50 (cerca de R\$ 255) são isentos de imposto de importação. O relator do projeto na Câmara, deputado Átila Lira (PP-PI), incluiu uma taxação de 20% sobre essas compras. A medida visa equilibrar a concorrência entre varejistas brasileiros e estrangeiros, argumentando que a isenção atual favorece uma competição desleal.

Mover

O Programa Mover incentiva a descarbonização da indústria automotiva, estabelecendo limites mínimos de reciclagem na fabricação de veículos e criando o IPI Verde, que oferece alíquotas menores para empresas que poluem menos. Para acessar os

incentivos, as empresas devem ter projetos aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e investir parte da receita bruta em pesquisa e desenvolvimento de soluções de descarbonização e tecnologias assistivas para veículos.

A regulamentação da redução do IPI e a habilitação dos projetos das indústrias já foram estabelecidas por um decreto presidencial e uma portaria do MDIC. Segundo o governo, os incentivos estão orçados em R\$3,5 bilhões para 2024, totalizando R\$ 19,3 bilhões em cinco anos. A expectativa é que o Brasil possa começar a produzir componentes de veículos elétricos, atualmente importados.

Encabeçado pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, o projeto volta para a análise da Câmara dos Deputados porque sofreu mudanças.

"A aprovação por unanimidade do texto-base é resultado, de um lado, do acerto do governo do presidente Lula na elaboração de um programa

que se revelou exitoso desde o seu lançamento; e, de outro, do esforço conjunto das lideranças políticas para que o Mover seja definitivamente aprovado", disse Márcio Elias Rosa, ministro interino do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

"O vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin liderou o diálogo com o setor privado e acompanhou com atenção todo o processo legislativo", completou.

O relator da medida no Senado, Rodrigo Cunha (Podemos-AL), comemorou o placar positivo. A votação foi nominal, mas o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), pediu a verificação da votação nominal.

"Agradeço aos senadores e senadoras por terem acolhido a possibilidade de um requerimento de urgência de uma matéria cujo escopo havia sido objeto de uma medida provisória vencida na semana passada, e aí o senso de urgência de todos que compreenderam a importância de aprovarmos direto no Plenário do Senado Federal", afirmou o relator.

NACIONAL

Governo oficializa prorrogação antecipada de concessões ferroviárias

Também foi assinado um termo aditivo que garante a otimização do contrato de concessão da Malha Paulista com a Rumo

Luiz Siqueira/MT

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redenebnews.com.br

O Ministério dos Transportes promulgou na quarta-feira, dia 5, dois documentos com o objetivo de levar melhorias ao setor ferroviário. O primeiro deles é a portaria que estabelece diretrizes para prorrogação antecipada das concessões de serviço público de transporte ferroviário. O segundo é o termo aditivo que garante a otimização do contrato de concessão da Malha Paulista com a empresa Rumo. Os dois instrumentos foram assinados pelo ministro Renan Filho.

Com relação ao primeiro documento, entre as novas regras estão: maior rigidez na cobrança de obras previstas no contrato de concessão, investimentos obrigatórios na modernização e ampliação do modal, melhorias nos sistemas de controle e segurança. A portaria também estabelece a vantagem da prorrogação antecipada para empresas que viabilizem estudos técnicos considerando otimização e racionalização da malha ferroviária, avaliação de riscos, investimentos para mi-



Para Renan Filho, foi corrigido o que o Governo entendia estar errado e, com isso, "abre-se uma nova temporada para o desenvolvimento ferroviário nacional, à luz de possibilidades"

tigação de conflitos urbanos, e vedação à indenização antecipada de ativos não amortizados ou depreciados.

"O que achamos que estava errado, corrigimos, pois estava travando todo o processo necessário de avanço. Abre-se uma nova temporada para o desenvolvimento ferroviário nacional, à luz de possibilidades reais. Não à luz da expectativa de investimentos em ferrovias que ficaram no papel ou em gavetas, e em contratos que não tinham razoabilidade para

sua sustentação", declarou Renan Filho.

A previsão do Governo Federal é que o novo modelo de renovação gere para os cofres públicos um ativo de R\$ 20 bilhões.

Segundo o órgão, o objetivo é otimizar a malha ferroviária e realizar intervenções mais eficientes nas infraestruturas do Brasil, replicando o contrato atual para as futuras renovações do setor, como a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) e a Malha Sul.

"Essa portaria foi muito discutida com o setor e tem um alinhamento com as empresas e concessionárias. Estabelece um marco regulatório, trazendo transparência e uma fiscalização de perto pelos investimentos realizados pelas concessionárias", detalhou o secretário Nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro.

Termo aditivo

Junto com a Rumo, foi assinado um termo aditivo da Malha

Paulista na ordem de R\$ 1,7 bilhão em investimentos para a infraestrutura do transporte ferroviário. Em 2020, a concessão da malha foi estendida por mais 30 anos, com previsão de obras de acesso, melhoria nos trilhos, vagões e locomotivas ao longo da vigência do contrato. A empresa buscava um entendimento junto ao governo, pois algumas dessas operações estariam defasadas.

A Malha Paulista, ferrovia sob responsabilidade da Rumo, vai da cidade de Santa Fé do Sul, em São Paulo, quase na divisa com o estado do Mato Grosso do Sul, até o Porto de Santos.

"Celebração e valorização da capacidade de diálogo do governo e seus órgãos de controle, que demonstra que o Brasil tem sim a capacidade de avançar junto com a iniciativa privada e diferentes atores, gerando benefícios para a sociedade", afirmou o CEO da Rumo, Pedro Palma.

A assinatura contou com a presença do presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, e do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Controladoria Geral da União (CGU).

Justiça suspende leilão para compra de até 300 mil toneladas de arroz importado

Determinação foi do juiz da 4ª Vara Federal de Porto Alegre, após acatar pedido de deputados de oposição ao Governo

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br

A Justiça Federal em Porto Alegre (RS) suspendeu o leilão para compra de até 300 mil toneladas de arroz importado, que seria realizado na quinta-feira (6) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A medida foi adotada pelo Governo Federal como estratégia para reduzir o preço do arroz, que sofreu um aumento de até 40% devido às enchentes no Rio Grande do Sul, estado responsável por 70% da

produção nacional.

A suspensão foi determinada pelo juiz Bruno Fagundes de Oliveira, da 4ª Vara Federal de Porto Alegre, após acatar o pedido de deputados de oposição ao Governo Federal. O magistrado argumentou que não há provas de que o arroz nacional sofrerá os impactos negativos previstos pelo Governo devido às enchentes no estado. A decisão ainda pode ser contestada por meio de recurso. No entanto, Conab e Advocacia-Geral da União não informaram até o fechamento desta edição se irão recorrer.

O Governo planejava vender o arroz importado em em-



Divulgação

O leilão para importar arroz foi uma estratégia adotada pelo Governo para reduzir o preço do cereal, que sofreu um aumento de até 40% devido às enchentes no Rio Grande do Sul

balagens específicas a R\$ 4 por quilo, permitindo que o consumidor final pagasse no máximo R\$ 20 por um pacote de 5

kg. O produto seria destinado a pequenos varejistas, mercados de vizinhança, supermercados, hipermercados, atacarejos e

estabelecimentos comerciais em regiões metropolitanas, com base em indicadores de insegurança alimentar.

Apesar da decisão da Justiça, a Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul afirmou que não há risco de desabastecimento no país. Os produtores destacaram preocupações quanto à qualidade do arroz importado e à manutenção das condições de consumo.

REGIÃO SUDESTE

SP anuncia pacote de investimentos para ampliação da resiliência climática

Anúncios foram feitos pelo governador Tarcísio de Freitas em solenidade do Dia Mundial do Meio Ambiente

Francisco Cepeda/Governo de São Paulo

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenews.com.br

No Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado na quarta-feira, 5 de junho, o Governo de São Paulo anunciou um pacote de políticas públicas voltados à ampliação da resiliência climática em todo o estado. A ampliação vai envolver novas tecnologias de monitoramento e alerta de eventos extremos. Além disso, haverá mais de R\$ 330 milhões em investimentos para proteção de rios e ações sustentáveis.

“A cerimônia de hoje tem a ver com duas palavras: legado e compromisso. É o compromisso com quem está hoje aqui e com as próximas gerações a partir do entendimento que vivemos imersos em uma situação de mudanças climáticas. A gente precisa fazer a nossa parte e recuperar o meio ambiente, diminuir emissões e ter boas ideias de transição energética, gestão de resíduos, economia verde e cidades resilientes”,



Segundo o governador Tarcísio de Freitas, São Paulo precisa diminuir emissões e ter boas ideias de transição energética, gestão de resíduos, economia verde e cidades resilientes

afirmou o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) na solenidade que ocorreu no Parque Villa-Lobos, na capital paulista.

O pacote reúne ações integradas de diversos órgãos do governo. A ampliação do uso de tecnologia prevê a interligação do monitoramento de cheias por sistemas de radar às sirenes de alerta de risco de grandes inundações e deslizamentos.

Com a inovação, o Sistema de Sirenes de Alerta de Risco (Sisar) passa a contar com duas

metodologias para conectar o alerta à telemetria que monitora as cotas de inundações dos rios.

Além disso, o Governo anunciou que vai implementar o Centro Paulista de Radares Meteorológicos para monitorar todas as regiões do estado e emitir avisos e alertas de deslizamentos, enchentes e inundações. O serviço vai ajudar a tomada de ações preventivas a eventos extremos com a ampliação da rede estadual de radares, pluviômetros e outros mecanis-

mos de medição meteorológica.

Comitê

Também nesta quarta-feira, Tarcísio formalizou a instauração do Comitê Gestor da política estadual de mudanças climáticas e anunciou a formação do Conselho Estadual para temas como resiliência urbana, rural e natural, redução dos gases de efeito estufa na atmosfera e contabilização e sequestro de carbono.

Na prática, representantes

de diversas secretarias estaduais vão atuar de forma transversal na implementação da estratégia climática do estado.

A prioridade é reduzir as emissões de gases de efeito estufa e tornar as cidades paulistas mais resilientes a desastres provocados por grandes inundações, deslizamentos, incêndios florestais e estiagem prolongada, entre outros.

Finaclima SP

O Governo Estadual também pretende expandir o acesso a capital público e privado para prevenção, combate e mitigação às mudanças climáticas. Com a criação do Finaclima SP, o estado fica autorizada a receber recursos privados para desenvolvimento de planos de adaptação e resiliência.

O fundo poderá captar doações e investimentos de pessoas físicas e jurídicas, incluindo organizações e entidades internacionais e governos estrangeiros, além de bens e serviços destinados a projetos de pesquisa e sustentabilidade ambiental.

REGIÃO SUL

Começa a fase de avaliação de danos no complexo portuário de Porto Alegre

Equipes da Portos RS deram início aos trabalhos de limpeza e retirada da água da estrutura após enchentes

Divulgação/Portos RS

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenews.com.br

A Portos RS, Autoridade Portuária dos portos públicos do Rio Grande do Sul, anunciou na quarta-feira (5) que deu início à fase de avaliação dos danos causados pelas enchentes no Porto de Porto Alegre, na capital gaúcha. Segundo a Autoridade Portuária, uma equipe da empresa começou os trabalhos de limpeza e a retirada de água da estrutura do cais.

Desde o final de semana, o Lago Guaíba tem registrado números abaixo da cota de inundação, afastando a proximidade de água no cais e no perímetro urbano da capital gaúcha.

De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a temperatura de Porto Alegre tende a subir nos próximos dias, e os volumes de chuva no decorrer do mês serão pouco expressivos. Isso abre margem para que a cidade possa iniciar o processo de recuperação.

O presidente da Portos RS, Cristiano Klinger, afirmou que a empresa está empenhada em todas as ações necessárias para que o complexo portuário de Porto Alegre volte a operar o quanto antes.

“Temos um trabalho muito grande de limpeza e avaliação. A infraestrutura ficou completamente submersa durante um mês com a enchente. Precisamos validar tudo que pode ser reutilizado e quais as condições dos



equipamentos. Estamos focados nesse trabalho agora”, disse.

Ainda de acordo com o presidente, a Autoridade Portuária segue em diálogo com todos os agentes que utilizam a infraestrutura do porto da capital para pensar em alternativas e verificar como operar de

maneira emergencial.

“Diversas ações estão sendo pensadas para a retomada das atividades como um todo”, completou.

Histórico

Em razão do aumento do nível

Desde o final de semana, o Lago Guaíba tem registrado números abaixo da cota de inundação, afastando a proximidade de água no cais e no perímetro urbano da capital

do Lago Guaíba, o Porto de Porto Alegre está fechado para operações desde o dia 2 de maio.

Na última semana de maio, a Portos RS afirmou que o cais público estará fechado para novas operações pelos próximos 30 dias úteis. A Autoridade Portuária esclareceu que durante o período de 30 dias úteis, serão permitidas atracções no Cais Navegantes, desde que não tenham finalidade de movimentação de carga.

Enquanto isso, as operações nos Terminais de Uso Privado do Complexo vão ficar a cargo das empresas proprietárias dos terminais.

INTERNACIONAL

Secretária do MPor destaca relação com setor privado em missão nos EUA

Mariana Pescatori representa o Governo na comitiva liderada pela ABTP e falou com exclusividade ao BE News

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br

A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Mariana Pescatori, faz parte da comitiva liderada pela Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) que está fazendo uma visita técnica ao Porto de Houston, um dos mais importantes complexos de infraestrutura dos Estados Unidos. Ao BE News, a secretária reforçou a importância de missões internacionais e o que pode ser aplicado no Brasil, bem como o estreitamento de relações com a iniciativa privada para aprimoramento do setor.

Representando o Governo Federal na comitiva brasileira nos Estados Unidos, Mariana Pescatori destacou ações como a da ABTP como uma janela de oportunidades para conhecimento de realidades do setor portuário em diversos lugares do mundo.

“O principal ponto aqui, não somente nesta, mas de outras missões que temos ao longo do ano tanto pela ABTP, de outras associações, até do próprio Brasil Export, é a oportunidade de conhecer essas novas realidades e ver o que podemos levar de boas experiências, boas práticas e o que se adapta a realidade brasileira”, destacou a secretária do MPor.

Pescatori ainda enfatizou a presença de representantes do Tribunal de Contas da União, diretores da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), bem como a aproximação com a iniciativa privada.

“Também temos a oportunidade de ter um relacionamento próximo com o setor privado. Aqui temos representantes das principais empresas associadas a ABTP e também representantes do TCU, da ANTT, diretores da Antaq. Isso faz com que a gente consiga ter um diálogo mais próximo com o setor privado e que o setor público possa entender um pouco da realidade deles e ver o que a gente pode aprimorar nas nossas políticas por parte do Mi-



Mariana Pescatori destacou ações como a da ABTP como uma janela de oportunidades para conhecimento de realidades do setor portuário em diversos lugares do mundo

nistério e das nossas legislações”, analisou.

Durante a semana, a missão liderada pela ABTP teve a oportunidade de realizar visitas técnicas em importantes terminais do Porto de Houston, entre eles o terminal de contêineres e em terminais de granéis líquidos, que se destacam pela movimentação de combustíveis.

“Conhecemos o terminal da Odjfell, que opera com níveis de segurança com excelência, então para nós foi de interesse conhecer esse nível. Além de ter oportu-

nidade de fazer uma visita pelo canal e falar um pouco sobre essa questão de manutenção e dragagem, que é extremamente relevante”, classificou a secretária.

Mariana Pescatori destacou a operação de soda cáustica no Porto de Houston, cuja uma das escalas é feita no Brasil.

“A gente pode ver uma operação de um navio que opera soda cáustica que vai para o Brasil, direto para um terminal do Porto de Vila do Conde. Essa soda vai para o Brasil para que a

gente possa produzir a alumina, em uma das principais fábricas do mundo. Então, se vê a possibilidade de ter uma logística completamente complexa, mas que faz com que tenha funcionamento e possa fazer essa produção no país”, explicou.

Agenda

Nesta quinta-feira, dia 6, a comitiva brasileira vai visitar o terminal de grãos local do Grupo Andersons, um dos principais dos Estados Unidos nesse mercado,

o Aeroporto Intercontinental George Bush e o terminal de contêineres Bayport.

Já na sexta-feira, dia 7, encerrando a programação, está prevista uma apresentação sobre o mercado de energia em Houston.

A missão internacional é uma iniciativa da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), organizada pela Bossa Marketing e Eventos (Grupo Brasil Export). A comitiva brasileira é liderada pelo diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva.

A COMITIVA BRASILEIRA EM HOUSTON PARTICIPOU NA QUARTA-FEIRA (5) DE ENCONTROS COM DIRIGENTES DA PORT TERMINAL RAILROAD ASSOCIATION, RESPONSÁVEL PELO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS NA ÁREA PORTUÁRIA E DA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-TEXAS (BRATECC). ESSE ÚLTIMO EVENTO TEVE TAMBÉM A PRESENÇA DA CÔNSUL-GERAL DO BRASIL NA CIDADE NOROCCIDENTAL, MARIA IZABEL VIEIRA. ENTRE OS BRASILEIROS QUE APARECEM NA FOTO ESTÃO O DIRETOR-PRESIDENTE DA DP WORLD SANTOS, FABIO SICCHERINO, O CEO DO GRUPO BRASIL EXPORT, FABRÍCIO JULIÃO, E O CEO DA NORSK HYDRO BRASIL, ANDERSON BARANOV



Divulgação

Divulgação

INTERNACIONAL

Porto de Baltimore começa a receber navios 71 dias após acidente

Navio cargueiro colidiu com ponte que dá acesso ao cais americano e deixou seis trabalhadores mortos em março

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redeneews.com.br

Há pouco mais de dois meses, no dia 26 de março, o navio cargueiro Dali colidiu com a Ponte Key de Baltimore, no estado de Maryland, nos Estados Unidos, causando um impressionante desabamento, e matando seis trabalhadores da construção civil que estavam na ponte no momento do acidente. Além disso, grande parte do tráfego marítimo do movimentado Porto de Baltimore foi interrompido.

Na última semana de maio, parte do canal de acesso foi liberado, com restrições. De acordo com autoridades locais, cerca de 70% dos navios que normalmente circulam no Porto de Baltimore já conseguem

acessar o cais. Mas ainda há muito o que fazer.

De acordo com a NBC Washington, que teve a oportunidade de examinar de perto o navio danificado e as partes restantes da Ponte Key, o Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA está limpando o Rio Patapsco.

Passaram-se 71 dias desde que o navio colidiu com a ponte. O maior canal da ponte foi reaberto depois que rebocadores escoltaram o navio danificado de volta ao porto.

Autoridades locais disseram à NBC que estão trabalhando na última parte conectada ao Chesapeake 1000, a maior grua da Costa Leste. O nome foi dado porque a grua pode suportar até 1.000 toneladas.

Entretanto, o desafio agora é que uma espécie de corda inferior do cargueiro está enterrada profundamente na lama e não há



No dia 26 de março, o navio cargueiro Dali colidiu com a Ponte Key de Baltimore, no estado de Maryland, causando um impressionante desabamento, e matando seis trabalhadores

como acessá-la no momento. Há uma grande quantidade de destroços da estrada da ponte, além de outros metais no fundo dos rios, segundo as autoridades que estão atuando na região.

O porto de Baltimore é um dos maiores do país, estando apenas atrás do porto de Nova Iorque em tonelagem bruta movimentada.

Investigadores ainda apuram as causas do acidente, mas

dados do navio foram recuperados e devem ajudar a esclarecer o que deu errado na operação com o mega navio.

Especialistas locais explicam que há vários motivos que podem ter influenciado o acidente, dentre eles um possível uso de combustível de má qualidade levando a uma queda de energia. Com isso, o cargueiro pode ter problemas em seus motores e ficar sem energia

para direção e sem equipamentos eletrônicos.

Brasileiros

A Ambipar Group, empresa brasileira de gerenciamento de crises envolvendo riscos ambientais, é a única do País atuando localmente em Baltimore.

“Integramos o Centro de Comando Unificado do incidente, ao lado de 5 órgãos governamentais americanos. A Ambipar trabalha em tempo integral na gestão da crise e resposta à emergência desde o primeiro dia do incidente, e seguirá até a completa retirada do navio”, explicou a empresa, em nota.



FORTALEZA, CEARÁ

QUINTA-FEIRA, 20 DE JUNHO

PROGRAMAÇÃO

- 8h30 - Credenciamento
- 9h00 - Cerimônia de Abertura do Inova Export
- 9h15 - Apresentação do HUB Brasil Export
- 9h30 - Painel 1: Parcerias estratégicas: catalisadores do crescimento setorial
- 10h15 - Painel 2: Inovação em ação: transformando o setor com tecnologia
- 11h25 - Pitches Inovadores
- 11h40 - Painel 3: Visionários da mudança: startups reimaginando o futuro
- 12h30 - Encerramento



Programação atualizada diariamente no site do Brasil Export:
forumbrasilexport.com.br



Local: Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIÉC), Auditório Waldyr Diogo

Transmissão ao vivo e gratuita pelo Portal BE News



OPINIÃO

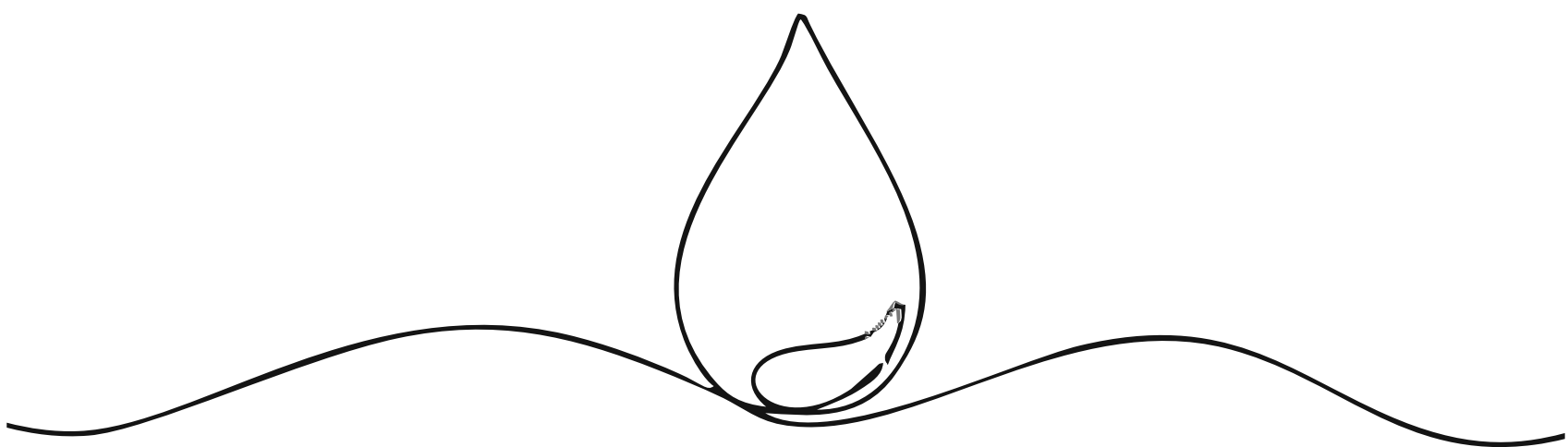
**WILEN MANTELI**

Consultor portuário

opinião@redebeneews.com.br

▶ GESTÃO

Não se doma um rio



Nos idos de 1960, falava-se em abrir um canal na Lagoa dos Patos até Oceano Atlântico, não para a proteção de enchentes, mas como alternativa de escoamento de cargas do ou para o exterior, o que implicaria em um novo porto no litoral norte. A ideia não prosperou.

Agora, em face das cheias, se cogita essa hipótese de ligação da lagoa-mar como forma de enfrentar novas enchentes. Nesse caso, é fundamental levar em conta as manifestações dos cientistas e técnicos, especialmente dos integrantes do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) e do Instituto de Biociências (IBIO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre outros, que realçam os efeitos negativos - caso se abra esse canal - notadamente sobre o ambiente, a sociedade, a economia, a navegabilidade, a produção agrícola, etc.

Dizem que o referido canal não garantirá o escoamento da água, não diminuirá a vazão e vai assorear o canal do Porto de Rio Grande, bem como irá salinizar a água da lagoa...

Pois bem, não sou cientista e nem técnico, mas tenho o conceito do assunto.

O momento é dramático e confuso aqui no RS. Isso requer que se elejam prioridades, considerando a urgência e a escassez de recursos. Como muitos estão se manifestando que se deve centrar as ações no sistema de controle de enchentes, tais como os serviços de dragagem, proteção das margens de rios e da mata ciliar, manutenção das barragens, inclusive das eclusas; e, nas cidades, corrigir as falhas desse sistema (diques, comportas, motores, etc). Obs: não basta promover todos os consertos e reparos se não houver a permanente manutenção de todo o sistema de controle. Sem isso, voltaremos à estaca zero.

Outra providência que é notória diz respeito à adoção de critérios de ocupação de territórios, que deverão evitar as margens de cursos d'água.

Enfrentadas essas prioridades, é preciso que se estudem (todas) as alternativas de possíveis soluções, inclusive a do multireferido canal. E deve-se ter cuidado ao descartar propostas. Não me refiro às falas de cientistas e técnicos que se manifestam contra o canal, pois são profundos conhecedores do tema, mas aqueles outros que identifico como "matadores de ideias". Estes adoram dizer NÃO, geralmente por não conhecerem o assunto; outros, por preferirem a zona de conforto. Sabe-se que toda ideia pode assustar. Maquiavel já dizia que a coisa mais difícil era implantar mudanças. Se dependêssemos desses "matadores de idéias", estaríamos ainda usando velas...

Estão certos os cientistas: um projeto desses requer inúmeros estudos em várias áreas, a avaliação de suas múltiplas consequências e dos investimentos, sabidamente elevados. Não se pode precipitar as ações, como alguns pretendem. Cabe, de forma inexorável, o estudo e a busca das experiências bem sucedidas. Alias, Da Vinci já aconselhava no Século XV: "Se tens que lidar com a água, consulte primeiro a experiência, depois a razão". Guardadas as proporções e as diferenças, importante será voltar-se para conhecer a experiência internacional, especialmente para entender como foram vencidos enormes desafios como o Canal de Suez, o Canal do Panamá, o Eurotúnel (que liga o Reino Unido com a França), a ponte d'água do Rio Elba (Alemanha), as obras do Rio Tennessee (EUA) e o fantástico empreendimento da Tennessee Valley Authority (TVA) - esse modelo caberia como luva para o Vale Taquari, pelas semelhanças da região, dos desafios e da potencialidade para se reerguer -, e outros tantos.

Os especialistas, quando tratam desses notáveis empreendimentos, dizem uma grande verdade: não se "doma" um rio, se negocia com ele. E nós, brasileiros, não respeitamos os nossos rios. As mudanças climáticas continuarão. E a cobrança está vindo. É hora de mudar nossa mentalidade e nossas estruturas estatais ou privadas que respondem pela segurança da sociedade. Para mim, a questão passa por certas mudanças, como a descentralização, a autonomia e a redução da burocracia desses setores.

AGORA, EM FACE DAS CHEIAS, SE COGITA ESSA HIPÓTESE DE LIGAÇÃO DA LAGOA-MAR COMO FORMA DE ENFRENTAR NOVAS ENCHENTES. NESSE CASO, É FUNDAMENTAL LEVAR EM CONTA AS MANIFESTAÇÕES DOS CIENTISTAS E TÉCNICOS, ESPECIALMENTE DOS INTEGRANTES DO INSTITUTO DE PESQUISAS HIDRÁULICAS (IPH) E DO INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS (IBIO) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS), ENTRE OUTROS, QUE REALÇAM OS EFEITOS NEGATIVOS - CASO SE ABRA ESSE CANAL - NOTADAMENTE SOBRE O AMBIENTE, A SOCIEDADE, A ECONOMIA, A NAVEGABILIDADE, A PRODUÇÃO AGRÍCOLA, ETC